

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, "a" e "i" da Lei n. 14.133/2021):**

**1.1. OBJETO:** Contratação de empresa especializada para a execução de obras de drenagem pluvial e pavimentação asfáltica na Rua do Peixe, contemplando o Trecho III, com extensão de 452,00 metros, conforme especificações constantes no Projeto Executivo e demais anexos.

Item	ESPECIFICAÇÃO	CATSER*	UN	QTDE	VALOR TOTAL
1	Drenagem pluvial e pavimentação asfáltica na Rua do Peixe, contemplando o Trecho Trecho III, com extensão de 452,00 metros.	1406 Obras Cíveis de Pavimentação Asfáltica	Serviço	1	<b>R\$ 1.831.919,80</b>
<b>Valor total</b>					<b>R\$ 1.831.919,80</b>

*OBS: Em caso de divergência entre as especificações e unidades de medida, dos itens no CATSER, prevalecem as especificações descritas nesta tabela do Termo de Referência.*

**1.2.** O valor total estimado da aquisição/contratação é de **R\$ 1.831.919,80 (Um milhão, oitocentos e trinta e um mil, novecentos e dezenove reais e oitenta centavos)**, para o objeto.

**1.3.** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 2021.

**1.4.** O(s) serviço(s) objeto desta contratação não são caracterizados como especial(is), conforme justificativa constante do Parecer Seplan nº 076/2025 – Anexo A.

**1.4.1.** Os valores constantes nas planilhas orçamentárias apresentadas estão referenciados na Tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, referência 11/2025 em Santa Catarina. No orçamento da presente obra ou serviço, para os itens não contemplados no SINAPI foram adotados custos obtidos das fontes admitidas no art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021, observada a ordem de prioridades nele estabelecida. No cálculo adotado foi considerada a NÃO DESONERAÇÃO da folha de pagamento, tendo em vista que esta foi a opção mais vantajosa após análise dos valores;

Compõem o Projeto Executivo as Planilhas Orçamentárias, Cronogramas Físico-Financeiro, Quadros de Composição do BDI, Planilhas de Composições.

**1.5. PRAZO DE VIGÊNCIA:**

**1.5.1.** O prazo de vigência contratual será de 7 (sete) meses, a contar da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 111, da Lei nº 14.133/21.

**1.5.2.** O prazo da execução dos serviços será de 6 (seis) meses, a contar da data de emissão da ordem de serviço, salvo em casos em que seja estabelecido no próprio documento data para o início dos serviços, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 111, da Lei nº 14.133/21.

**2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b' e 'c' da Lei nº 14.133/2021):**

Verifica-se a necessidade de abertura de processo licitatório visando à contratação de empresa especializada para a execução de obras de drenagem pluvial e pavimentação asfáltica na Rua do Peixe, contemplando o Trecho III, com extensão de 452,00 metros, conforme especificações constantes no Projeto Executivo e demais anexos. A intervenção proposta mostra-se imprescindível em razão de a Rua do Peixe constituir via de intenso fluxo de veículos, localizada perpendicularmente à Avenida Celso Ramos, uma das principais artérias viárias do município, sendo amplamente utilizada como acesso a serviços públicos essenciais e a bairros com elevada densidade populacional. Além de atender a uma demanda histórica da comunidade local, a execução das obras contribuirá de forma significativa para a melhoria da segurança viária, da mobilidade urbana e da drenagem superficial, reduzindo riscos de alagamentos e degradação do pavimento. Ademais, diante do contínuo crescimento urbano e populacional do município, evidencia-se a necessidade de investimentos em infraestrutura viária adequada, capazes de proporcionar melhor qualidade de vida à população e de assegurar suporte ao desenvolvimento urbano sustentável.

**2.1. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c' da Lei nº 14.133/2021):**

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada em obras de infraestrutura viária para a execução integrada de serviços de drenagem pluvial e pavimentação asfáltica na Rua do Peixe, abrangendo o Trecho III, com extensão aproximada de 452,00 metros, conforme diretrizes, especificações técnicas, projetos executivos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e demais documentos que integram o processo.

A intervenção compreenderá, de forma coordenada e sequencial, a implantação e/ou adequação do sistema de drenagem pluvial, incluindo dispositivos de captação, condução e escoamento das águas superficiais, bem como a execução das camadas estruturais do pavimento e do revestimento asfáltico, assegurando desempenho adequado, durabilidade, segurança e conforto aos usuários da via.

A pavimentação asfáltica, executada conforme normas técnicas vigentes, permitirá melhores condições de trafegabilidade, redução de custos de manutenção futura e incremento da segurança viária, especialmente em razão do intenso fluxo de veículos que caracteriza a via.

A execução dos serviços deverá observar rigorosamente as normas técnicas da ABNT, as especificações do DNIT e demais legislações aplicáveis, incluindo requisitos de qualidade, segurança do trabalho, controle tecnológico dos materiais e boas práticas de engenharia. A contratada será responsável pelo fornecimento de todos os materiais, equipamentos, mão de obra qualificada, transporte, sinalização provisória, gestão ambiental e demais recursos necessários à plena execução do objeto.

**3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21):**

**3.1.** Os requisitos e condições a serem obedecidas na execução da obra, os parâmetros mínimos para materiais, serviços e equipamentos são aqueles expostos no Memorial Descritivo e demais documentos que compõem o Projeto Executivo, parte integrante deste Termo de Referência.

**3.2. Critérios de sustentabilidade:** o licitante deverá atender no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental.

**3.2.1.** Os serviços prestados pela empresa contratada deverão fundamentar-se no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração de resíduos, além do desperdício de água e consumo excessivo de energia. Sempre que possível fazer uso de energia renovável.

**3.2.2.** A contratada deverá ter pleno conhecimento e se responsabilizar pelo trabalho seguro das pessoas envolvidas no manuseio de ferramentas, equipamentos e produtos inflamáveis, conforme legislação em vigor do Ministério do Trabalho. Esta também se responsabilizará por ações e/ou omissões sobre os resíduos e rejeitos sólidos, líquidos e derivados, nos locais da obra, removendo e promovendo a devida destinação.

**3.2.3. Devem ser seguidos os seguintes controles ambientais (Conforme RRC):**

**3.2.3.1.** Os níveis de pressão sonora (ruídos) decorrentes das atividades desenvolvidas na obra deverão estar em conformidade com os parâmetros preconizados na Resolução CONAMA n.º 001/1990, a qual considera prejudiciais à saúde e ao sossego público os ruídos com níveis superiores aos limites estabelecidos pela Norma NBR 10151:2019 e suas alterações. As vibrações geradas pelas atividades do empreendimento deverão ser controladas de modo a evitar incômodos ao bem-estar público;

**3.2.3.2. Tráfego de Veículos:** movimentação de veículos e pessoas na região durante a realização da obra. Medidas de Controle: implantação de sinalização adequada para os transeuntes e motoristas. Respeito aos limites de velocidade.

**3.2.3.3.** As águas pluviais incidentes sobre áreas cobertas e impermeabilizadas deverão ser direcionadas para o sistema de drenagem;

**3.2.3.4.** Os resíduos sólidos decorrentes da atividade deverão ser corretamente armazenados e encaminhados a terceiros para reutilização e/ou destinação final adequada, em empreendimentos devidamente licenciados pelos órgãos competentes, devendo ser entregues na SEMAI os respectivos MTR e CDF gerados, emitidos através do sistema MTR do IMA-SC1;

**3.2.3.5.** Fica proibida a queima de resíduos sólidos ao ar livre, conforme legislação vigente, bem como o depósito de materiais e entulhos em locais inapropriados;

**3.2.3.6. Supressão de Vegetação:** Fica vedada qualquer supressão de vegetação sem a devida Autorização de Corte. Para a obtenção da Autorização de corte (Auc), o requerente deverá se comprometer a realizar o plantio de espécies Nativas, na quantidade de 80 mudas e nos parâmetros previstos, a fim de garantir a acessibilidade ao longo de toda a calçada, e apresentar registro fotográfico do plantio ao setor de Licenciamento Ambiental da SEMAI em 60 dias corridos após a finalização das obras de pavimentação.

**3.3. Vedação ou critérios de subcontratação** (Decreto Municipal nº 5.853/2023): Não será admitida a subcontratação do objeto contratual;

**3.4. Previsão de garantias** (art. 96 da Lei nº 14.133/21): não será exigida garantia da contratação.

**3.5. Vistoria:** A avaliação prévia do local de execução dos serviços é facultativa para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim.

**3.5.1.** Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

**3.5.2.** Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

**3.5.3.** Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

**3.5.4.** A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

**4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea "e" e 40, §1º, incisos II e III, da Lei nº 14.133/2021):**

**4.1.** Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento. A Concorrência terá por fundamento legal o regramento disposto no art. 2º, inciso VI da Lei n. 14.133/2021;

**4.2.** As obras deverão ser executadas de modo a otimizar prazos, recursos e minimizar os impactos no tráfego local, assegurando que os serviços de drenagem pluvial e pavimentação asfáltica avancem de maneira coordenada, conforme o cronograma físico-financeiro e o planejamento previamente aprovados.

**4.2.1.** A presente contratação será fundamentada no Projeto Executivo com os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar as obras, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, de modo a possibilitar a avaliação do custo das obras e a definição dos métodos e do prazo de execução, são partes integrantes do Projeto Executivo:

- I - Projetos;
- II – Orçamentos;
- III – Cronogramas;
- III – Pareceres e ART.

**4.3. Obrigações específicas relacionadas ao objeto:**

**4.3.1.** Todos os serviços previstos e descritos no Termo de Referência e demais anexos deverão ter o acompanhamento, aprovação e liberação da Secretaria de Infraestrutura, por intermédio do Fiscal do Contrato;

**4.3.2.** A (s) empresa (s) contratada (s) deverá dispor de profissional habilitado em seu quadro técnico para que se faça cumprir as exigências descritas em projeto executivo;

**4.3.3.** Caberá a (s) contratada(s) a responsabilidade de fornecer os materiais e equipamentos necessários para atender a execução dos serviços, conforme consta neste Termo de Referência;

**4.3.4.** A mobilização e desmobilização consiste no transporte de equipamentos e maquinários necessários para a execução dos serviços será de responsabilidade da empresa contratada;

**4.3.5.** É de total responsabilidade da contratada arcar com todas as despesas referentes ao pessoal de sua contratação, incluídas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, salários e outra;

**4.3.6.** Será de responsabilidade da contratada a destinação dos resíduos provenientes dos serviços executados e a apresentação dos respectivos MTR (Controle de Manifesto de Transporte de Resíduos) e CDF (Certificado de Destinação Final) à Secretaria de Meio Ambiente de Itapoá – SC;

**4.3.7.** A sinalização deve ser estabelecida na área que será executada a atividade, onde serão implantados dispositivos com o objetivo de informar e advertir os transeuntes sobre o local de intervenção;

**4.3.8.** Equipamentos de proteção individual: A empresa é obrigada a fornecer aos trabalhadores, gratuitamente, uniforme personalizado com faixas refletivas, com identificação da empresa e do funcionário EPI adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento, consoante as disposições contidas na NR-6 – Equipamentos de Proteção Individual;

**4.3.9.** Manter número de telefone fixo e telefone celular sempre operante para atendimento de chamados da Secretaria de Infraestrutura, e e-mail para as devidas notificações;

**4.3.10.** Manter a disciplina e bom relacionamento nos locais dos serviços, retirando no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pela Prefeitura;

**4.3.11.** Responsabilizar-se pela identificação/comunicação visual dos veículos, equipamentos (cones, cavaletes, etc.);

**4.3.12.** Manter todos os equipamentos e utensílios necessários a execução dos serviços, em perfeitas condições de uso, devendo os danificados serem substituídos em até 24 (vinte e quatro) horas;

**4.3.13.** Implantar, de forma adequada e funcional, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem todas as dependências objeto dos serviços;

**4.3.14.** Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus colaboradores, das normas disciplinares determinadas pela contratante;

**4.3.15.** Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados;

**4.3.16.** A Contratada deverá cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução dos serviços contratados, especialmente, a legislação trabalhista, ambiental, previdenciária, fiscal, de segurança e medicina do trabalho;

**4.3.17.** Responsabilizar-se, civil, administrativa, penal e tecnicamente, sob as penas da Lei, por quaisquer danos ou prejuízos materiais e pessoais que venham a ser causados por seus funcionários ao município ou a terceiros;

**4.3.18.** O dimensionamento das equipes, a sinalização dos serviços e a aquisição das ferramentas necessárias serão de responsabilidade da empresa contratada e deverão ser suficientes para atender o serviço a ser prestado.

**4.4. Outros requisitos necessários na operacionalização da solução:**

**4.4.1.** Os serviços serão autorizados através da emissão da Ordem de Serviço;

**4.4.2.** Os serviços deverão ser executados sem transtornos ou interdição de vias públicas, havendo a necessidade de tal interdição, esta deve ser comunicada a fiscalização do contrato;

**4.4.3.** Após a execução dos serviços, a via pública e adjacências deverá estar limpa;

**4.4.4.** Todo e qualquer serviço deverá ser executado sem perturbação do sossego ou interferência nos acessos dos moradores e afins às suas residências e demais imóveis;

**4.4.5.** Serviços preliminares: Instalação da Placa de Obra, Mobilização de maquinário, Demolições e atendimento às necessidades que permitem o desenvolvimento dos trabalhos a realizar;

**4.4.6.** Serviços: Terraplenagem, Drenagem – contendo escavações, reaterro, estruturas, tubulações – Pavimentação, Guia de Meio Fio. Passeios, Sinalização Horizontal, Paisagismo e Limpeza.

- 4.5. A execução do objeto seguirá o Cronograma Físico-financeiro, em seis etapas.  
4.6. Os serviços serão executados na Rua do Peixe Itapema do Norte, Itapoá/SC.

**5. MODELO DE GESTÃO E EXECUÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea "f", da Lei nº 14.133/21):**

5.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

5.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

5.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

5.5.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

5.5.2. A fiscalização técnica da contratação será executada pelo engenheiro civil, Sr. **EDUARDO EDSON MARCIÓ**, inscrito no CPF nº \*\*\*.055.109-\*\* e CREA/SC nº 172608-4, emitida ART de fiscalização nº 10181055-8, designado mediante autorização da autoridade máxima do órgão.

5.5.3. A fiscalização administrativa da contratação será executada pelo Secretário de Infraestrutura, Sr. **DIOGO EDUARDO DE LATORRE GONÇALVES**, inscrito no CPF nº \*\*\*.916.950-\*\*, designado mediante autorização da autoridade máxima do órgão.

5.5.4. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

5.6. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

5.7. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

5.8. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

5.8.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

5.9. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.10. O(s) serviço(s) será(ão) recebido(s):

- Provisoriamente, em até 15 dias da comunicação escrita do contratado de término da execução;
- Definitivamente, após 90 (noventa) dias corridos do recebimento provisório, após observação e/ou vistoria do atendimento das especificações e requisitos da contratação;
- Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem 14.1, "b" não ser procedida dentro do fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia previsto no subitem 14.1, "b".

**6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea "g", da Lei nº 14.133/2021):**

6.1. O pagamento será realizado ao final de cada etapa, conforme determinado nos Cronogramas Físico-financeiro.

6.2. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto nos Cronogramas Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

6.2.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

6.3. Para fins de pagamento, a contratada deverá apresentar a comprovação da regularidade trabalhista, previdenciária e FGTS, além de outros documentos que comprovem a regularidade da contratada nos termos do artigo 92, inciso XVI da Lei 14.133/2021.

6.4. O Município de Itapoá reterá 11% sobre o valor da nota fiscal referente aos serviços para fins de quitação das obrigações junto ao INSS, de acordo com o que estabelece a Lei Federal nº 9.711/98, que determina que o tomador de obras deva fazer o recolhimento junto ao INSS dos seus contratados. As guias quitadas junto ao INSS serão entregues a contratada mensalmente.

6.4.1. O Município de Itapoá reterá o correspondente ao ISS diretamente sobre o valor do contrato correspondente aos serviços executados, de acordo com o que estabelece a Lei Municipal nº 071/2014 e Lei Municipal Complementar nº 007/2003.

6.5. A **CONTRATADA** deverá encaminhar através do Setor de Protocolo Oficial do Município através do endereço de e-mail [protocolo@itapoa.sc.gov.br](mailto:protocolo@itapoa.sc.gov.br), ou via "**Portal do Cidadão**", endereçado à Secretaria de Infraestrutura, através do



fiscal do contrato o pedido de liberação da parcela. O pagamento ocorrerá após parecer favorável, observados os requisitos que compõe a Instrução Normativa PMI Nº 01/2017.

**6.5.2.** O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

**7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021):**

**7.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

**7.2.** Regime de execução: **empreitada por preço global.**

**8. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'j', da Lei nº 14.133/2021):**

**8.1.** A despesa decorrente da presente licitação corre por conta de dotação orçamentária:

Descrição	Cód.	Órgão	Unid.	Função	Subfunção	Prog	Proj/Ativ	FR	Subelemento
Infraestrutura	1204	11	001	0015	0451	0009	1278	250070000000	344905199

**8.2.** Conforme previsto no § 3º do art. 14 do Decreto Municipal nº 5.853/2023 **não há** previsão de utilização de recursos da união.

Itapoá, 20 de janeiro de 2026.

**DIOGO EDUARDO DE LATORRE GONÇALVES**  
**SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA**